

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA NA SAÚDE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA NA SAÚDE

DISCIPLINA: ACREDITAÇÃO HOSPITALAR
RESUMO
Para compreendermos o processo de acreditação, há necessidade de conhecermos alguns aspectos históricos relacionados à gestão da qualidade e quais autores contribuíram significativamente para a disseminação dessa forma de gestão pelo mundo chegando inclusive ao setor de saúde. Com base nesses estudos, teremos uma base para fundamentar como a gestão da qualidade se materializa nas organizações a ponto de ser escolha de um modelo de certificação formal da qualidade como a acreditação hospitalar. Além disso, vamos conhecer alguns conceitos elementares que serão muito utilizados na disciplina e nas atividades de administração da qualidade, auditorias e certificações.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 EVOLUÇÃO DA QUALIDADE NA SAÚDE HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PRINCIPAIS PENSADORES CONCEITOS E GENERALIDADES AULA 2 MODELOS DE DETERMINANTES DIMENSÕES DA QUALIDADE FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA ACREDITAÇÃO FUNDAMENTOS DA ACREDITAÇÃO AULA 3 FUNDAMENTOS DO MANUAL ONA NÍVEL DE CERTIFICAÇÃO ONA MANUAL ONA – ESTRUTURA NORMAS PARA ACREDITAÇÃO AULA 4 JOINT COMMISSION INTERNATIONAL E SEUS PROGRAMAS ACREDITAÇÃO CANADENSE ACREDITAÇÃO CANADENSE E SEUS PROGRAMAS OUTRAS CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE AULA 5 MÉTODO PDCA DIAGRAMA DE PARETO E MAPEAMENTO DE PROCESSOS GRÁFICOS DE DISPERSÃO E DIAGRAMA DE CONTROLE OUTRAS FERRAMENTAS DE QUALIDADE AULA 6 BASES DA QUALIDADE PLANEJAMENTO DA QUALIDADE IMPLANTAÇÃO DA QUALIDADE DIFICULDADES PARA IMPLANTAÇÃO DA QUALIDADE
BIBLIOGRAFIAS
• FARINA, A. Prontuário médico. CFM, S.d. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/artigos/prontuario-medico/.

- HARARI, Y. N. Sapiens: uma breve história da humanidade. 35. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- WILLIAMS, K. Reappraising Florence Nightingale. BMJ, v. 337, 16 dez. 2008.

DISCIPLINA: CONTROLADORIA
RESUMO
Nos últimos anos, muitos estudos têm se dedicado a explorar os principais aspectos da controladoria, no entanto você deve estar se perguntando como ela surgiu. Você conhece a história da controladoria? A origem da controladoria está ligada de forma direta ao processo de evolução dos meios sociais e de produção que ocorreram com a Revolução Industrial (desde o século XVIII). Dentre os fatores responsáveis pela origem da controladoria, cita-se: “Aumento em tamanho e complexidade das organizações; globalização física das empresas; crescimento nas relações governamentais com negócios das companhias; aumento no número de fontes de capital” (Schmidt; Santos; Martins, 2014, p. 1). O primeiro fator é talvez um dos mais impactantes no modelo de gestão das organizações: as grandes empresas passaram por diversas modificações no que tange a sua estrutura, devido às mudanças nos processos de produção estimuladas pela Revolução Industrial. Com ela, a natureza dos negócios mudou, surgiram grandes empresas, e, com a construção da estrada de ferro nos Estados Unidos (século XIX), tornou-se possível o aumento da produtividade devido ao aumento da demanda de produtos (Schmidt; Santos; Martins, 2014). Assim, com o aumento físico das empresas, juntamente com a ampliação da demanda, houve a necessidade de criação de mecanismos de acompanhamento e gestão dessas novas instituições.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONTROLADORIA PAPEL DA CONTROLADORIA NO PROCESSO DE GESTÃO CONTROLADORIA COMO ÓRGÃO EMPRESARIAL RAMO DE CONHECIMENTO E O PROFISSIONAL DE CONTROLADORIA
AULA 2 ESTILO DE GESTÃO PROCESSO DE GESTÃO E MODELO DE DECISÃO MODELO DE INFORMAÇÃO MODELO DE MENSURAÇÃO
AULA 3 CONTABILIDADE GERENCIAL CONTABILIDADE FINANCEIRA CONTABILIDADE, FISCO E LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E A ANÁLISE ATRAVÉS DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS
AULA 4 ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO VANTAGEM DO USO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
AULA 5 LIMITAÇÕES DO ORÇAMENTO PLANEJAMENTO ECONÔMICO PLANEJAMENTO FINANCEIRO

PLANEJAMENTO DE CAPITAL

AULA 6

BENEFÍCIOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL
SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM CONTROLADORIA
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL (SIGE)
ASPECTOS GERAIS DE BALANCED SCORECARD

BIBLIOGRAFIAS

- FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LUNKES, R. J. Contabilidade gerencial – um enfoque na tomada de decisão. Florianópolis: Visual Books, 2007.
- MORANTE, A. S.; JORGE, F. T. Controladoria: análise financeira, planejamento e controle orçamentário. São Paulo: Atlas, 2008.

DISCIPLINA:

CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

RESUMO

Saúde global envolve o conhecimento, o ensino, a prática e a pesquisa de questões e problemas de saúde que extrapolam as fronteiras geográficas nacionais; seus determinantes sociais e ambientais podem ter origem em quaisquer lugares, assim como as suas possíveis soluções necessitam de intervenções e acordos entre diversos atores sociais, incluindo países, governos e instituições internacionais públicas e privadas. Quando falamos em resistência bacteriana ou surtos de microrganismos multirresistentes, automaticamente somos levados a pensar no ambiente hospitalar, nos quais diariamente são isoladas inúmeras amostras clínicas resistentes às mais diversas classes de antibióticos. Porém muitos estudos já têm demonstrado que o próprio meio ambiente funciona como um grande reservatório de genes de resistência (Caumo et al., 2010). A pessoa colonizada com germes resistentes pode ser fonte de contaminação para outros pacientes - sem dúvida, é impossível pensar em infecção hospitalar sem pensar em germes resistentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA EM SAÚDE
COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR
ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR
ATRIBUIÇÕES FARMACÊUTICAS NO CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

AULA 2

INFECÇÃO DE SÍTIO CIRÚRGICO
INFECÇÃO PRIMÁRIA DA CORRENTE SANGUÍNEA
PNEUMONIA ASSOCIADA À ASSISTÊNCIA À SAÚDE
INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO

AULA 3

FISIOPATOLOGIA DA SEPSE
DIAGNÓSTICO DA SEPSE
TRATAMENTO DA SEPSE
PROTOCOLO DE GERENCIAMENTO DA SEPSE

AULA 4

PRECAUÇÃO PADRÃO
PRECAUÇÃO DE CONTATO
PRECAUÇÃO POR GOTÍCULAS

PRECAUÇÃO POR AEROSSÓIS

AULA 5

CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS EM SERVIÇOS DE SAÚDE
LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES
PRODUTOS SANEANTES
MONITORAMENTO DE LIMPEZA

AULA 6

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DO USO DE ANTIMICROBIANOS EM
INSTITUIÇÕES DE SAÚDE
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE SO DE
ANTIMICROBIANOS EM HOSPITAIS
EXPERTISE FARMACÊUTICA NOS PROGRAMAS DE STEWARDSHIP
SISTEMA GLOBAL DE VIGILÂNCIA DA RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA

BIBLIOGRAFIAS

- ESCOSTEGUY, C. C.; PEREIRA, A. G. L.; MEDRONHO, R. A. Três décadas de epidemiologia hospitalar e o desafio da integração da vigilância em saúde: reflexões a partir de um caso. Ciênc. saúde colet. 2017. v. 22, a. 10. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17562017>.
- NOTA TÉCNICA. Orientações para a notificação nacional das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS), Resistência Microbiana (RM) e monitoramento do consumo de antimicrobianos. 2018 Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/Nota_Tecnica_Formulario_IRAS_2018.pdf.

DISCIPLINA:

CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA EM SAÚDE

RESUMO

É de extrema importância que se conheçam quais os caminhos que o Sistema Único de Saúde (SUS) teve para chegar ao que temos hoje de tecnologia e avanços no cuidado da saúde da população. Para isso, devemos conhecer a história da saúde e os marcos e leis que instituíram a auditoria em saúde no SUS.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INSTRUMENTOS DE GESTÃO
OS SISTEMAS DE SAÚDE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS
OS MODELOS DE ATENÇÃO À SAÚDE
AS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE E AS LINHAS DE CUIDADO

AULA 2

OS INSTRUMENTOS DA REGULAÇÃO EM SAÚDE
A POLÍTICA NACIONAL DE REGULAÇÃO EM SAÚDE
OS COMPLEXOS REGULADORES DA ATENÇÃO À SAÚDE
CONTRATUALIZAÇÃO

AULA 3

O CONTROLE DAS AÇÕES E SERVIÇOS EM SAÚDE
O PROCESSO DA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE
O DATASUS E OS OUTROS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

AULA 4

PILARES DA QUALIDADE

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS
PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
FORMAS DE AVALIAÇÃO

AULA 5

A AUDITORIA E SUA BASE LEGAL
O PAPEL DO AUDITOR
INSTRUMENTOS DE AUDITORIA
A CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA

AULA 6

A AUDITORIA ANALÍTICA E A OPERATIVA
TÉCNICAS DE AUDITORIA
RELATÓRIOS DA AUDITORIA: AMBULATORIAL E HOSPITALAR
AUDITORIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma. Brasília, 22 maio 2019. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencia-nacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma>.
- MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Opas, 2011.
- MERHY, E. E. A saúde pública como política. São Paulo: Hucitec, 1992.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO, ÉTICA E CONFORMIDADE

RESUMO

Esta disciplina pretende apresentar a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, permitindo compreender alguns dos princípios e regras utilizados nos julgamentos promovidos pelo Poder Judiciário diante de casos concretos. Para tanto, analisaremos critérios contidos na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, base normativa que disciplina a aplicação de todas as leis brasileiras nos diversos ramos do Direito (Direito Civil, Direito Penal, Direito do Consumidor, dentre outros). Abordaremos questões que demonstram pontos de contato entre o Direito e a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, trazendo exemplos atuais que contextualizam e ilustram a presente abordagem. Serão demonstrados os critérios utilizados na Lei de Introdução para a adequada aplicação das fontes do Direito diante de situações reais levadas à apreciação do Poder Judiciário, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas, tais como a celebração de negócios e a realização de contratos de prestação de serviços e fornecimento de produtos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE DIREITO
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO
FONTES DO DIREITO
CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO DA LEI QUANTO À ORIGEM
VIGÊNCIA DAS LEIS NO TEMPO E HIERARQUIA DAS LEIS

AULA 2

PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DO AUTOR
LEI DE SOFTWARE (LEI 9.609/1998)
CONTRATO DE LICENÇA DE USO
PIRATARIA DE SOFTWARE
RESPONSABILIDADE CIVIL E AÇÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DE
PIRATARIA DE SOFTWARE

AULA 3

O DIREITO CIVIL E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NA ERA DIGITAL
O CONTRATO ELETRÔNICO, DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL
O DEVER DE INFORMAR E DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA, CONFORME O CDC
A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E DA BOA-FÉ, DE ACORDO COM O CDC
DEVERES DO FORNECEDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

AULA 4

BOAS PRÁTICAS COMERCIAIS, AUTORREGULAMENTAÇÃO E CONFORMIDADE NOS NEGÓCIOS DIGITAIS
FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET
DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS DE INTERNET
DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS PROVEDORES DE CONEXÃO E DE APLICAÇÃO DE INTERNET
A RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR DE APLICAÇÕES POR DANOS CAUSADOS POR CONTEÚDO GERADO POR TERCEIRO

AULA 5

A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE NO AMBIENTE VIRTUAL
DECRETO N. 7.962/2013: CONTRATAÇÃO NO COMÉRCIO ELETRÔNICO
O DEVER DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA NOS TERMOS DE USO E NA COLETA E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, NOS TERMOS DA LGPD
CONFORMIDADE NA OFERTA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DIGITAIS
CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DIGITAIS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AULA 6

CRIMES VIRTUAIS
A PREVENÇÃO E O COMBATE AOS CIBERCRIMES
PROJETO DE LEI N. 879/2022 – CRIME DE SEQUESTRO DE DADOS INFORMÁTICOS
NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO NA INDÚSTRIA 4.0
PRIVACIDADE E CONFORMIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO NA ERA DIGITAL

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, J. de S. Tripartição dos Poderes e funções essenciais à justiça. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- GONÇALVES, C. R. Direito civil brasileiro: parte geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. v. 1.
- TARTUCE, F. Direito civil: lei de introdução e parte geral. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

RESUMO

Para falar de políticas públicas de saúde, é de fundamental importância que estudemos a origem do cuidado, as motivações para que ele aconteça e como a responsabilidade do cuidado se estabeleceu de forma oficial, tornando-se uma tarefa do estado, até que se expressasse na forma como conhecemos e denominamos hoje de políticas públicas de saúde. Vivemos, atualmente, uma onda de questionamentos a esse respeito em razão das recentes ondas migratórias, sobretudo de pessoas empobrecidas pelas guerras ou catástrofes, que buscam desesperadamente por outros locais onde possam viver com um pouco mais de segurança. As sociedades mais desenvolvidas no contexto social se manifestam de diversas maneiras, ora acolhendo, ora rejeitando os refugiados. No meio

desta ambivalência de sentimentos, repete-se a pergunta que vem sendo feita desde os primórdios da organização da sociedade: De quem é a tarefa de cuidar? Esta disciplina nos levará a uma melhor compreensão das prioridades estabelecidas pelos governos e também como podemos contribuir para um cuidado melhor executado e mais justo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O CUIDADO COM OS MAIS FRÁGEIS E VULNERÁVEIS
O CUIDADO POR RAZÕES RELIGIOSAS E HUMANITÁRIAS
RAZÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS
RAZÕES ECONÔMICAS PARA O CUIDADO
COMO EXERCER O CUIDADO

AULA 2

O VAZIO ASSISTENCIAL
SANITARISMO CAMPANHISTA
PERÍODO MÉDICO ASSISTENCIAL PRIVATISTA
O INAMPS
O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

AULA 3

A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
ESFS RIBEIRINHAS E FLUVIAIS
ESF PARA AS POPULAÇÕES EXTREMAMENTE VULNERÁVEIS
A NOVA PNAB E O DESAFIO DE QUALIFICAÇÃO DA APS

AULA 4

FORMATAÇÃO LEGAL DO SISTEMA
NOB 96 – O SUS MUNICIPAL
NOAS: 2002
O PACTO PELA SAÚDE DE 2006
OS TRÊS PILARES DO PACTO

AULA 5

OS OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM)
REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL
REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A CRIANÇA
CONTROLE DO HIV/AIDS

AULA 6

O QUE É PROMOÇÃO DE SAÚDE?
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A EQUIDADE
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A FORMAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO
A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A CULTURA DA PAZ
A PROMOÇÃO DE SAÚDE NO BRASIL

BIBLIOGRAFIAS

- LÍNGUA Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$roda-dos-enjeitados](http://www.infopedia.pt/$roda-dos-enjeitados).
- NASCIMENTO, A. A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas do Recife (1789- 1832). São Paulo: Annablume; FINEP, 2008.
- ROSEN, G. Uma história da saúde pública. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2006.

DISCIPLINA: SEGURANÇA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
RESUMO
Aqui, estudaremos alguns temas que você talvez já conheça, outros não, ou ainda, algo que já tenha ouvido falar e lhe despertou curiosidade. O tema Saúde e Segurança do Trabalho é vasto, sempre traz novidades, em especial, no que se refere à legislação, por isso, gera igualmente dúvidas pertinentes a determinados procedimentos. Algumas resolveremos aqui, outras você deverá pesquisar, estudar e se aprofundar no assunto. Essa também é uma maneira de aprender mais ainda.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 TRABALHO SAÚDE SEGURANÇA DO TRABALHO LEGISLAÇÃO PROFISSIONAIS
AULA 2 OBJETIVO DA SEGURANÇA DO TRABALHO ACIDENTE DE TRABALHO ATO INSEGURO CONDIÇÕES INSEGURAS PREVENÇÃO
AULA 3 DEFINIÇÃO DE ERGONOMIA FATORES HUMANOS A ERGONOMIA NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO SISTEMA HOMEM-MÁQUINA-AMBIENTE
AULA 4 RISCOS FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE EPI E EPC SESMT E CIPA GESTÃO DE RISCOS
AULA 5 PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE DOENÇAS FÍSICAS DOENÇAS EMOCIONAIS PCMSO EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS
AULA 6 QUALIDADE DE VIDA DEFININDO QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO OS MODELOS DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO COMPONENTES DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério do Trabalho. NR 27: registro profissional do técnico de segurança do trabalho. Brasília, DF, 6 jul. 1978h. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR27.pdf>.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. NR 6: equipamento de proteção individual. Brasília, DF, 6 jul. 1978a. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR6.pdf>.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. NR 8: edificações. Brasília, DF, 6 jul. 1978b. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR8.pdf>.

DISCIPLINA:

AVALIAÇÃO E GESTÃO DO RISCO EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE

RESUMO

Antes de conceituar o que é risco, necessitamos de uma reflexão: afinal de contas, o risco é algo negativo? A resposta é não: um risco pode tanto ter consequências negativas quanto positivas. Por exemplo, ao comprar um bilhete de loteria, você pode ter dois tipos de risco: ganhar ou não ganhar o prêmio, ou até ganhar parte do prêmio apostado. Portanto, você arriscou uma aposta. Da mesma maneira, investir uma certa quantia de dinheiro em ações pode resultar em lucro ou perda – ou seja, investir no mercado financeiro, mesmo para pessoas experientes, é uma operação de risco. Agora que você compreendeu que a consequência de um risco pode ser tanto positiva como negativa, podemos conceituá-lo de uma maneira geral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O CONCEITO DE RISCO
ELEMENTOS DO RISCO
RISCO CLÍNICO E RISCO NÃO CLÍNICO
CONCEITO DE GESTÃO DE RISCOS
ELEMENTOS DA GESTÃO DE RISCOS

AULA 2

A LEGISLAÇÃO DE SAÚDE
O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE
NORMAS TÉCNICAS
NORMAS REGULAMENTADORAS
LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICADAS A RISCOS ESPECÍFICOS

AULA 3

GESTÃO DE RISCO ALINHADA À MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DAS ORGANIZAÇÕES
GRUPOS DE APOIO À GESTÃO DE RISCOS EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE
INDICADORES DE SAÚDE
ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS
TEMA 5 - ELABORAÇÃO DE FLUXOGRAMA

AULA 4

O PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS SEGUNDO A ISO 31000
PROCESSO DE MELHORIA CONTÍNUA – CICLO PDCA/PDSA
ANÁLISE DOS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO
ANÁLISE SWOT/FOFA
MATRIZ DE RISCO

AULA 5

ESPECIFICAÇÃO DAS ETAPAS DE GESTÃO DE RISCOS SEGUNDO A ISO 31010
O BRAINSTORMING NA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

ANÁLISE DE CENÁRIOS
ANÁLISE DE CAUSA E EFEITO
ANÁLISE DE CAUSA E EFEITO: CATEGORIAS DE CAUSAS

AULA 6

ANÁLISE DE CAUSA RAIZ
PROTOCOLO DE LONDRES
ANÁLISE BOWTIE
ANÁLISE FMEA/HFMEA
5W2H/4QS E 1POC

BIBLIOGRAFIAS

- CORRÊA, D. Morre 22ª vítima de incêndio no Hospital Badim, no Rio. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 02 dez. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/morre-22a-vitima-de-incendio-no-hospital-badim-no-rio>.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 31000: Gestão de riscos - diretrizes. Rio de Janeiro, 2018.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gestão de riscos e investigação de eventos adversos relacionados à assistência à saúde. Brasília: Anvisa, 2017.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE

RESUMO

Iniciamos a disciplina abordando conceitos e história da saúde no Brasil, considerando a linha histórica desde a formação dos sistemas de saúde até os dias atuais, as legislações e os programas de qualificação dos serviços.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS E HISTÓRIA EM PLANEJAMENTO DE SAÚDE
O PLANEJAMENTO EM SAÚDE - SUS
O PLANEJAMENTO EM SAÚDE - ANVISA E ANS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MISSÃO, VISÃO E VALORES ORGANIZACIONAIS

AULA 2

NÍVEIS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
ANÁLISE SWOT
BALANCED SCORE CARD (BSC)
PERSPECTIVAS DO BSC
O SISTEMA GERENCIAL EM SAÚDE

AULA 3

CONCEITOS E OBJETIVOS
A EPIDEMIOLOGIA NA PRÁTICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE
A EPIDEMIOLOGIA E A ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE
PROPÓSITOS DA EPIDEMIOLOGIA

AULA 4

GESTÃO ESTRATÉGICA PARA O PLANEJAMENTO EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
ALINHANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COM OS SISTEMAS DE

INFORMAÇÃO
LIDERANÇA E EMPREENDEDORISMO

AULA 5

GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA EM SAÚDE
CONTRATAÇÃO E CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE
O PÚBLICO E O PRIVADO NA SAÚDE
MIX PÚBLICO E PRIVADO NO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO
A ASSISTÊNCIA INTERDISCIPLINAR COMO ESTRATÉGIA DE SAÚDE

AULA 6

PLANEJAMENTO EM SAÚDE POR CARLOS MATUS
PASSOS PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EM SAÚDE – DEFINIÇÃO DE TERRITÓRIO E SITUAÇÃO
MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE: PROCESSO
MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE: RESULTADO

BIBLIOGRAFIAS

- TAJRA, S. F. Gestão estratégica na saúde: reflexões e práticas para uma administração voltada para a excelência. 4. ed. São Paulo: Érica, 2010.
- VECINA NETO, G.; MALIK, A. M. Gestão em saúde. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- BOHMER, R. M. J. Arquitetura na gestão de saúde. 1. ed. São Paulo: Bookman, 2012.

DISCIPLINA:

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

RESUMO

E o que é um sistema de informação? Para que serve? De que maneira um sistema de informação pode auxiliar no processo de gestão em saúde? Como podemos “desenhar” um sistema de informação, sendo ou não especialistas em informática? Como enxergar “o todo” de uma organização, para que possamos elaborar um fluxo que atenda ou “converse” com outros setores, a fim de atender a uma necessidade particular? Procuraremos oferecer da maneira mais específica possível as respostas – ou os caminhos – a esses e a outros questionamentos. Esperamos que você, futuro gestor em saúde, tenha todo o ferramental necessário para poder implantar um sistema de informação, ou simplesmente melhorar o sistema existente em seu local de atuação, tanto individualmente, como em equipe. Antes, porém, necessitamos contextualizar todo o ambiente tecnológico em que vivemos hoje, e expor algumas teorias e conceitos que auxiliarão na compreensão dos conteúdos futuros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

TEORIA DOS SISTEMAS
CONCEITOS DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO
DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO
SISTEMA DE INFORMAÇÃO E SISTEMA DE GESTÃO

AULA 2

ENTENDENDO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL
ETAPA 1: PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE DADOS
ETAPAS 2 E 3: ARMAZENAMENTO E PROCESSAMENTO
ETAPA 4: OBTENDO INFORMAÇÕES

AULA 3

SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE TRANSAÇÕES (SPT)

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS
CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT (CRM)
ENTERPRISE RESOURCE PLANNING (ERP)

AULA 4

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DO SUS
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DA ANS
SISTEMAS DE AUDITORIA – DENASUS
SAÚDE DIGITAL, RNDS E CONECTE SUS

AULA 5

ESTRUTURA DE TI: HARDWARE
ESTRUTURA DE TI: SOFTWARE
ESTRUTURA DE TI: REDES
ARQUITETURA CLIENTE/ SERVIDOR

AULA 6

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
SISTEMAS LEGADOS
ESTUDO DE CASO (PARTE 1)
ESTUDO DE CASO (PARTE 2)

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, P. S. Indústria 4.0: princípios básicos, aplicabilidade e implantação na área industrial [livro eletrônico]. São Paulo: Érica, 2019.
- HOMES, D. E. Big data: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- LAUDON, K.; LAUDON, J. Sistemas de informações gerenciais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DISCIPLINA:

AUDITORIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

RESUMO

O processo de auditoria no Sistema Único de Saúde tem por objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados (Melo; Vaitsman, 2008). Nesta primeira aula abordaremos dois aspectos fundamentais da auditoria em saúde: a avaliação e o diagnóstico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HISTÓRICO DA AUDITORIA NO SUS
AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO NO SUS
EVOLUÇÃO DA GESTÃO DA QUALIDADE NA ÁREA DA SAÚDE
PRINCIPAIS METODOLOGIAS DE GESTÃO DA QUALIDADE NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

AULA 2

EXECUÇÃO: AUDITORIA OPERACIONAL (OPERATIVA) E ANALÍTICA
CONDUÇÃO: PROSPECTIVA, CONCORRENTE OU RETROSPECTIVA
FORMA DE CONDUÇÃO: CONTÍNUA OU PERIÓDICA
MEIO DE INTERVENÇÃO: INTERNA OU EXTERNA

AULA 3

EFICÁCIA DA AUDITORIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
EFETIVIDADE DA AUDITORIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUSTENTABILIDADE DA AUDITORIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

ATIVIDADES LEGAIS E COMPETÊNCIAS DO AUDITOR

AULA 4

INDICADORES DE QUALIDADE EM SAÚDE
INDICADORES DE ESTRUTURA
INDICADORES DE PROCESSO
INDICADORES DE RESULTADO

AULA 5

ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE ACREDITAÇÃO - ONA
PROGRAMA DE COMPROMISSO COM A QUALIDADE HOSPITALAR - CQH
ACCREDITATION CANADA INTERNATIONAL (ACI)
DESAFIOS AO ALCANCE DA ACREDITAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

AULA 6

PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA (PMAQ-AB)
TUTORIA E A CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NO PARANÁ
PROGRAMA PREVINE BRASIL E O NOVO FOCO DE AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- MATTA, G. C. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde. 2007. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/39223/2/Pol%C3%ADticas%20de%20Sa%C3%BAde%20-%20Princ%C3%ADpios%20e%20Diretrizes%20do%20Sistema%20%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde.pdf>.
- MELO, M. B.; VAITSMAN, J. Auditoria e avaliação no Sistema Único de Saúde. São Paulo em perspectiva, v. 22, p. 152-64, 2008.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE SUPRIMENTOS HOSPITALARES

RESUMO

O desafio da gestão da cadeia de suprimentos hospitalar é a diminuição de custos visando um equilíbrio financeiro para a instituição. Aproximadamente 46% dos custos dos hospitais estão relacionados a recursos humanos, 40% se referem à aquisição de materiais, medicamentos e serviços e o restante é voltado para as demais despesas (Pereira, 2018). O mapeamento da cadeia de suprimentos hospitalar permite analisar sua arquitetura, verificar sua ligação com a estratégia da empresa, avaliar a coordenação com os demais setores hospitalares e identificar as possíveis formas de gerar valor e ser um diferencial na entrega do serviço ao paciente (Pereira, 2018). Em uma organização de saúde, o setor de abastecimento é responsável por receber as necessidades dos profissionais de saúde, referente aos insumos (materiais de consumo) e aos equipamentos (materiais permanentes), para que estes possam atender devidamente aos seus pacientes (Santos; Infante, 2007).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

LOGÍSTICA
GESTÃO DE MATERIAIS
GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

FILOSOFIA LEAN THINKING

AULA 2

PROBLEMAS ENFRENTADOS NO SETOR DE COMPRA
PAPEL DO COMPRADOR
FORNECEDORES
TECNOLOGIA APLICADA EM COMPRAS

AULA 3

PADRONIZAÇÃO
PREVISÃO DE ESTOQUE
PERDAS
ARMAZENAGEM

AULA 4

CURVAS PARA ANÁLISE DE ESTOQUE
INVENTÁRIOS
RASTREABILIDADE
ENDEREÇAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUE

AULA 5

INDICADORES
DEFINIÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES
MAPEAMENTO DE PROCESSOS
SUSTENTABILIDADE DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

AULA 6

TIPOS DE LICITAÇÃO
HABILITAÇÃO PARA OS PROPONENTES
EDITAL DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE E DISPENSA DA LICITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BUZZI, D.; PLYTIUK, C. F. Pensamento enxuto e sistema de saúde: um estudo de aplicabilidade de conceitos e ferramentas lean em contexto hospitalar. *Qualidade Emergente*, [S. l.], ano 2, v. 2, p. 18-38, 2011. DOI 10.5380/rqe.v2i2.25187. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/qualidade/article/view/25187>.
- INFANTE, M.; SANTOS, M. A. B. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 945-954, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2007.v12n4/945-954/pt/>.
- LAMBERT, D. M.; COOPER, M. C. Issues in Supply Chain Management. *Industrial Marketing Management*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 65-83, 2000. DOI 10.1016/S0019-8501(99)00113-3. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0019850199001133>.